



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.674 – Ano VII– 08/03/2022 – Pág.1

LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE IGARATINGA – Torna público o extrato do Processo nº 24/2022, Inexigibilidade nº 03/2022. **OBJETO** – Prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a Distribuidora e o Consumidor, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. VALIDADE – 08.03.2022 à 31.12.2024. Embasamento Legal - arts. 25, caput e 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posterior. Igaratinga, 08 de março de 2022. Fábio Alves Costa Fonseca - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IGARATINGA-MG, torna pública o resultado do processo licitatório nº 12/2022, TOMADA DE PREÇO nº 1/2022 Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ALAMBRADO E FECHAMENTO LATERAL EM TELHA METÁLICA DA COBERTURA DA QUADRA ESPORTIVA DO ESTÁDIO DOMINGOS ALMEIDA - INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO – NO MUNICÍPIO DE IGARATINGA-MG.** Empresa vencedora: **SOLUÇÃO ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E ESTRUTURAS METALICAS EIRELI** inscrita no CNPJ: 23.342.609/0001-44 que apresentou valor global de R\$ 113.489,06 (cento e treze mil quatrocentos e oitenta e nove reais e seis centavos). Igaratinga, 8 de março de 2022. Letícia Gomes Lara. Presidente da Comissão de Licitação

PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO E ELETIVO – EDITAL Nº 1/2022 PROVA ELIMINATÓRIA PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR

Nome do(a) Candidato(a):

Registro Geral: _____

CPF: _____

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno contém 15 (quinze) questões objetivas de múltipla escolha com opções de A à D.
2. Não esqueça de escrever o seu nome, Registro Geral e CPF no caderno de questões e na folha de respostas.
4. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta esferográfica azul ou preta.



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.674 – Ano VII– 08/03/2022 – Pág.2

5. Verifique se a numeração das questões está correta. Caso observe qualquer erro, notifique o(a) fiscal de sala.
6. Marque a folha de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme exemplo na própria folha de respostas.
7. Não serão registradas respostas com mais de uma alternativa marcada, falta de nitidez ou rasura no gabarito.
8. A folha de respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada. Exceto o seu nome, Registro Geral e CPF, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
9. Ao terminar a prova, entregue ao(à) fiscal de sala a folha de respostas.
10. Ao entregar a folha de respostas ao(à) fiscal de sala o(a) candidato(a) deverá retirar-se das dependências da Centro Municipal Educacional Infantil Ana Lucinda de Almeida, **IMEDIATAMENTE**.
11. Não será permitido o uso de aparelhos eletrônicos, sendo que os mesmos deverão permanecer desligados durante a prova, colocados e fechados em saco plástico.
12. Os candidatos não poderão portar anotações, bolsas, cadernos, livros e similares durante a realização da prova, devendo estes serem colocados na mesa destinada pelo fiscal.
13. Você dispõe de 3 (TRÊS) horas para fazer a prova. Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar a folha de respostas e o gabarito do candidato - rascunho.
14. O(A) candidato(a) somente poderá retirar-se da sala de prova meia hora após seu início.
15. Ao final da prova devem permanecer 3 (três) candidatos na sala, que acompanharão o fechamento do envelope com os cadernos de questões e as folhas de respostas, assinando a ata de sala e lacrando o envelope junto com os fiscais de sala.

BOA PROVA!

GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO

Questões														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.674 – Ano VII– 08/03/2022 – Pág.3

Questão 1 – Considera-se criança, para os efeitos da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990:

- a) a pessoa com doze anos de idade completos;
- b) a pessoa até doze anos de idade incompletos;
- c) a pessoa até onze anos de idade completos;
- d) a pessoa até onze anos de idade incompletos

Questão 2 – Somente poderão concorrer ao pleito de escolha de membros do Conselho Tutelar os que preencherem os seguintes requisitos: (Lei nº 1226/2013)

- a) Idade superior a 18 (dezoito) anos, no momento do registro da candidatura;
- b) Residir no município a 1 (um) ano;
- c) Não ter sido condenado, através de sentença com o trânsito em julgado, pela prática de crime doloso, ressalvada a reabilitação, ou por prática de ato de improbidade administrativa.
- d) O candidato precisará ter no mínimo 70% (setenta por cento) de aproveitamento.

Questão 3 - Marido e Mulher podem servir no mesmo Conselho Tutelar?

- a) Sim, comprovado a união em certidão de casamento oficial pelo cartório.
- b) Sim, desde que não sejam em certidão de casamento oficial pelo cartório.
- c) Não, baseado no artigo 140 do ECA.
- d) Não, no entanto poderá ser aberto precedente se optarem em trabalhar em horários diferenciados.

Questão 4 - De acordo com o Art. 39.do ECA a adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta Lei. O adotando deve contar com, no máximo, _____anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes. Preenche corretamente a lacuna:

- a) vinte e um
- b) dezoito
- c) dezesseis
- d) vinte

Questão 5 - Segundo o art. 19, § 2º do ECA, toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento institucional, sua permanência não se prolongará por mais de:

- a) 08 (oito) meses;
- b) 06 (seis) meses;
- c) 01 (um) ano;
- d) 02 (dois) anos.

Questão 6 - O poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe, em: (Art. 21)

- (A) prioridade da Mãe;



- (B) prioridade do Pai;
- (C) igualdade de condições;
- (D) prioridade do mais velho;

Questão 7 - Os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão:

- (A) diferentes direitos dos demais filhos;
- (B) os mesmos direitos e qualificações dos demais filhos;
- (C) direitos limitados em relação aos demais filhos;
- (D) perda dos direitos;

Questão 8 - A Lei Federal nº 8069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) é responsável pela atualização do Código de Menores;
- (B) é responsável pela regulamentação do Código de Menores;
- (C) foi instituído com o objetivo de complementar o Código de Menores;
- (D) revoga o Código de Menores;

Questão 9 - A Política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente far-se-á através de:

- (A) ações individualizadas;
- (B) ações somente governamentais;
- (C) ações somente não governamentais;
- (D) um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais;

Questão 10 - Paula é integrante do Conselho Tutelar de um município. As decisões são tomadas pelo colegiado de conselheiros; contudo, houve uma situação em que, no plantão, teve que tomar uma decisão para a qual não tinha procedimento anteriormente definido. Assinale a alternativa correta:

- a) Paula pode e tem competência para tomar qualquer tipo de decisão sem ter que passar pelo colegiado do Conselho Tutelar daquele município.
- b) Tomar decisões no colegiado demonstra fraqueza e incompetência de seus membros, afinal foram eleitos para tomar decisões individuais.
- c) As decisões do Conselho Tutelar, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente devem ser tomadas no colegiado e em momentos de impedimento precisam ser submetidas na primeira oportunidade junto ao colegiado.
- d) No cotidiano do trabalho de conselheiro tutelar é assim que funciona, pois cada conselheiro tutelar trabalha com autonomia nas suas decisões.

Questão 11 - De acordo com o artigo 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fiscalização das entidades de atendimento à criança e ao adolescente compete ao:

- a) Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.
- b) Ministério Público e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- c) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- d) Apenas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Questão 12 - No que se refere à autorização para a criança viajar, está previsto no ECA que, se estiver desacompanhada dos pais ou do responsável legal, não poderá viajar para fora da comarca onde reside sem expressa autorização judicial; no entanto, essa autorização não será



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.674 – Ano VII– 08/03/2022 – Pág.5

exigida quando a criança estiver acompanhada de:

(A) descendentes ou colateral maior, até o primeiro grau, por não implicar autorização documental, ou de pessoa maior de idade.

(B) descendentes ou colateral maior, até o segundo grau, com expressa comprovação de parentesco, ou de qualquer pessoa maior de idade, independente de parentesco.

(C) ascendente ou colateral maior, até o primeiro grau, não havendo, por isso, necessidade de comprovação documental nem de pessoa maior autorizada pelo pai.

(D) ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, desde que seja comprovado documentalmente o parentesco, ou de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

Questão 13 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de quantos membros (Lei N° 1226/2013):

- a) Por 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) membros suplentes;
- b) Por 08 (oito) membros titulares e 08 (oito) membros suplentes;
- c) Por 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) membros suplentes;
- c) Por 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes.

Questão 14 - O Conselho Tutelar recebe uma denúncia de que a mãe, nos finais de semana, costuma deixar sozinho em casa à noite o seu filho de apenas 2(dois) anos de idade, sai para a rua e só volta de madrugada. Qual a primeira providência a ser adotada pelo Conselho Tutelar?

- a) Tirar a criança da mãe e colocá-la em uma família substituta.
- b) Visitar a mãe, advertê-la com rigor da sua conduta e fazer o acompanhamento da família durante um determinado período.
- c) Denunciar a mãe na Secretaria de Desenvolvimento Social.
- d) Encaminhar, de pronto, relatório à Promotoria de Justiça para que esta adote as providências que julgar necessárias sob pena de ser responsabilizado por omissão.

Questão 15 - De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), no que diz respeito ao processo de adoção, assinale a alternativa **INCORRETA**.



- A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
- Só podem adotar os maiores de vinte e um anos, independentemente de estado civil.
- Em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando.
- É vedada a adoção por procuração.

PROCESSO SELETIVO E ELETIVO PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR

GABARITO PRELIMINAR

QUESTÕES

1 B	2 C	3 C	4 B	5 D	6 C	7 B	8 D	9 D	10 C	11 A	12 D	13 B	14 B	15 B
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO E ELETIVO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE TEMPORÁRIO AO CONSELHO TUTELAR DE IGARATINGA/MG – EXERCÍCIO 2020/2024.

Prazo para impugnação das inscrições: 10 e 11 de Março de 2022

	Nome Completo	Situação
1	Andressa Lopes da Silva	Reprovada
2	Franciele Magela de Oliveira Andrade	Aprovada
3	Janina Aparecida Campos Nonato	Aprovada
4	Kellen Cristina Martins da Silva	Aprovada
5	Priscilla Guimarães Tarchi	Aprovada
6	Raira Torres da Silva	Aprovada
7	Tatiana Laura de Faria Lemos	Aprovada